


PORTUGAL
ENTREVISTA


LUIS BARRO

Elza Pais

Secretária de Estado da Igualdade

'As mulheres têm muita dificuldade em chegar ao topo'

Para a governante, a pulseira eletrónica e a teleassistência são essenciais para evitar os homicídios conjugais

POR PAULO CHITAS E TIAGO FERNANDES

Socióloga com obra publicada sobre a violência conjugal, Elza Pais, 51 anos, intimou o presidente do Instituto do Sangue a retirar perguntas «discriminatórias» dos inquiridos a dadores, apesar de a ministra da Saúde ter defendido a sua manutenção. Favorável à adoção por parte de casais homossexuais e do acesso de mulheres solteiras à reprodução assistida, acata as orientações do Governo nestas matérias, contrárias às suas convicções.

Como explica este paradoxo: cada vez a lei protege mais as mulheres nos casos de violência doméstica mas cada vez há mais vítimas de homicídios conjugais?

Vimos de um percurso histórico em que

bater na mulher era social e legalmente legitimado. O silêncio era absoluto. Não havia tentativas de libertação. Hoje, as mulheres não aceitam situações que as castrem. Mas isso dá origem a um aumento da violência – muitas reagem também com homicídio, matam para não morrer.

Em legítima defesa?

Não será o caso, porque o enquadramento da legítima defesa é diferente.

Mas a situação é grave: houve um aumento de 40% do homicídio conjugal e 90% das vítimas são mulheres.

Há uma *nuance*: esses dados dizem respeito a indivíduos a cumprir pena de prisão. Temos de ter em conta que hoje há uma

maior celeridade da Justiça em relação a estes processos e uma mão mais pesada, podendo haver mais processos do que no passado, por estas razões.

Mas os homicídios estão a aumentar?

Os dados de que dispomos, relativos a pessoas a viver em conjugalidade, revelam que em 2007 houve 43 homicídios e, em 2008, 40. Os dados da UMAP, a partir de um observatório à imprensa, registaram 45 mortos, em 2008, e este ano já vamos em 22.

A maior exposição da violência doméstica é responsável pelo aumento dos homicídios?

As mulheres estão a reagir, sem dúvida. É a reação das mulheres à violência – porque abandonam o parceiro, porque o denunciam – que as vitima. O homem reage mal à rejeição, ao abandono – muitos destes homicídios (dois terços) ocorrem, aliás, quando as vítimas já se separaram, em situações de ex-conjugalidade.

Como é que se pode evitar este surto de homicídios em casos de violência doméstica?

Hoje morrem mais mulheres porque as conflitualidades são mais intensas e fogem ao modelo de conflitualidade tradicional, para o qual se criou uma rede de casas-abrigo.



A legislação permite o afastamento do agressor da casa de residência da família. O nosso sistema prevê ainda a pulseira eletrónica e a teleassistência. Estes meios estão disponíveis desde dezembro. Já foram aplicadas 15 pulseiras eletrónicas e a teleassistência esteve disponível em projetos-piloto, em Coimbra e no Porto. Na Europa, só Espanha e Portugal têm este sistema, cuja adoção está agora a ser ponderada também pela Áustria. Creio que este sistema surtirá os seus efeitos, desde que aplicada.

Os homicídios que têm ocorrido não são um sinal de falhanço? O sistema, que incentiva a denúncia mas não consegue proteger as mulheres, não acaba por trair as vítimas?

Julgo que o sistema é suficiente. É isto que se usa: Portugal não está a inventar nada e temos os meios mais vanguardistas de proteção das vítimas.

Há uma iniciativa do Grupo Parlamentar de Os Verdes no sentido de se criar uma bolsa de emprego no setor público para mulheres vítimas de violência doméstica, facilitando a reconstrução das suas vidas longe dos agressores. O que pensa desta proposta?

Julgo-a desenquadrada da legislação já existente. A Lei da Violência Doméstica já permite às vítimas o recurso ao Rendimento Social de Inserção e ao sistema de formação profissional.

Mas há vítimas que não precisam da assistência do Estado nem de formação.

O essencial passa pela autonomização e independência da mulher.

Um emprego é essencial para isso.

Mas também passa pela qualificação.

Mas esta proposta criaria uma ferramenta para se quebrar o ciclo de dependência das mulheres vítimas de violência doméstica.

No quadro económico em que nos encontramos não podemos andar a criar

quotas para todas as situações de fragilidade existentes.

O relatório de Segurança Interna de 2009 constatou que das 30 543 participações às autoridades por causa de violência doméstica, 17% eram originadas por despesas, dívidas ou desemprego. A crise agrava as situações de violência doméstica?

Não vejo aqui uma relação de causa e efeito e não gosto de fazer estas leituras lineares e diretas entre a crise e a violência. Então, sem crise não havia violência?



↳ Sou adepta de todos os princípios de não-discriminação'

Os mais novos já assumiram um paradigma de masculinidade menos assente na subjugação feminina?

A maioria dos homicidas conjugais são homens com mais de 50 anos. Tenho a sensação de que os jovens estão a aderir a um novo modelo de comportamento.

O presidente do Instituto Português do Sangue já acatou a sua ordem para não submeter os dadores a perguntas sobre a orientação sexual?

Não queria falar sobre isso, já disse o que tinha a dizer. Sei que a senhora ministra da Saúde já disse que ia reforçar as recomendações para que nos locais de colhei-

ta de sangue os questionários não integrassem perguntas discriminatórias.

Mas a ministra da Saúde defende essas perguntas nos questionários, como foi amplamente difundido na comunicação social. Há no Governo o ponto de vista de Ana Jorge e o de Elza Pais?

A ministra da Saúde já havia emitido uma recomendação para retirar essas perguntas. Apenas reforcei a vontade de a ver cumprida.

Mas do seu ponto de vista o que é ou não legítimo perguntar?

Não sei, não sou técnica.

É legítimo perguntar a um homem se já teve relações sexuais com outro homem?

Do meu ponto de vista essa é uma pergunta discriminatória.

E deve perguntar-se pelo número de parceiros sexuais?

O rigor deve ser assegurado com perguntas que não sejam discriminatórias.

O que vai constatar da Lei da Igualdade, prometida para 2011?

Vai integrar e articular a legislação existente sobre o assunto.

Vai consagrar quotas de mulheres na Função Pública?

O Governo não inscreveu isso no seu programa. Porque não o fizemos? Porque há estratégias em curso que nos permitem uma representação equilibrada sem necessidade de quotas. Ao nível da Função Pública temos já uma representação superior a 30% ao nível de quadros dirigentes de 1.º e 2.º grau.

Mas então qual é a função da lei? Integrar, apenas, ou consagrar outros aspetos não contemplados na legislação já existente?

Vai contemplar outros aspetos. ▶



PORTUGAL ENTREVISTA

► Essa lei devia permitir a adoção aos casais do mesmo sexo?

Seguramente não.

Mas sabe-se que é favorável à adoção por parte de pessoas do mesmo sexo.

Sou adepta de todos os princípios de não-discriminação. Mas não está presente no programa de Governo.

É a lei da igualdade mas só para alguns.

Essa é a sua opinião.



4 'Maioria dos homicidas conjugais são homens com mais de 50 anos'

Há um *gap* salarial entre homens e mulheres de cerca de 8%, em Portugal. Mas nas posições de topo, a diferença é de 30% e aumentou em relação aos valores da década de 90. Porquê?

Porque as mulheres têm muita dificuldade em chegar ao topo. Não é por ausência de qualificações mas porque há dificuldades de conciliar a vida profissional, pessoal e familiar. São necessários estratégias para que a conciliação se faça não só no feminino mas também no masculino.

Por exemplo, as licenças parentais. Mas os homens continuam a não usá-las.

Cada vez mais homens usam os 10 dias não obrigatórios. E muitos usam as licenças partilhadas até porque se o quinto mês for gozado pelo homem a família mantém as prestações sociais na totalidade.

Diz-se contra todos os tipos de discriminação. Por exemplo, é favorável ao acesso de mulheres solteiras à reprodução medicamente assistida, que não é possível em Portugal?

Não há nenhum projeto para mudar essa legislação mas num quadro de mudança ver-se-á como essa evolução se fará. ❏